**REQUERIMENTO Nº /2022**

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe o art. 158, I, e 174 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, requeiro a Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, **seja realizada Audiência Pública, a ser promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias,** para tratar sobre os problemas ocasionados pela falta de investimento na qualidade dos serviços prestados pelas empresas de transporte aquaviário - Internacional Marítima e Serviporto - no Terminal da Ponta da Espera e Cujupe.

De acordo com a matéria publicada pelo portal G1 Maranhão em 17/05/22, caminhoneiros e trabalhadores de cooperativas de vans bloquearam as vias de acesso aos terminais da Ponta da Espera e do Cujupe. Segundo informações, eles reivindicam a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas empresas de transporte aquaviário. Outrossim, alegam que apenas três ferrys estavam operando e, desde o domingo (15), um deles parou de funcionar por problemas mecânicos.

Ressalta-se que o transporte aquaviário no Maranhão passa por grandes problemas com a falta de investimento das empresas, tais como falhas na estrutura, segurança e higiene. Além de todos os problemas elencados, existe uma crise estrutural, que se apresenta insuficiente para atender a demanda dos usuários, fatos notórios e amplamente divulgados na mídia.

São realizadas diversas travessias de ida e volta da capital para a baixada maranhense, por meio dos *ferrys boats*, operados pelas empresas Internacional Marítima e Serviporto. Ao todo, são 20 travessias diárias, sendo 10 para cada empresa. Segundo a EMAP, aproximadamente quatro mil pessoas fazem a travessia diariamente. Em dias de feriado e finais de semana, o fluxo de passageiros pode chegar a 45 mil. Um processo licitatório até chegou a ser iniciado: a concorrência nº 005/2016. Porém, não está disponível site da Comissão Central Permanente de Licitação.

Dessa forma, com o objetivo de garantir a defesa dos direitos de todos os consumidores maranhenses, propõe-se que a referida Audiência seja realizada quanto antes, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Como sugestão, deverão ser convidados representantes do Ministério Público (MPMA), do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor (PROCON/MA), da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), da Delegacia do Consumidor (DECON), do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (IBEDEC), da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado (SUVISA), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) e da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA).

Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 18 de maio de 2022.

**DUARTE JUNIOR**

Deputado Estadual